

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Coligações podem ter mais de um nome ao Senado

Medida deve impactar a formação de palanques nos estados

/ ELEIÇÕES 2022

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu nesta terça-feira, por unanimidade, que partidos que compõem uma coligação podem lançar mais de um candidato ao Senado. A decisão pode impactar a formação de palanques em estados onde mais de um pré-candidato ao Senado apoia o mesmo nome a governador e duela pela vaga na chapa. É o caso, por exemplo, de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Pará, Roraima e Mato Grosso.

A decisão foi uma resposta a consulta formulada pelo deputado Delegado Waldir (União Brasil-GO). O político pretende disputar uma cadeira no Senado em uma coligação que apoiará a campanha de reeleição do governador Ronaldo Caiado (União Brasil). A coligação deve incluir partidos que têm outros pré-candidatos ao Senado, como Luiz do Carmo (PSC), João Campos (Republicanos) e Alexandre Baldy (PP).

Apesar da unanimidade, os ministros do TSE se dividiram em um ponto da decisão. O relator da consulta, ministro Ricardo Lewandowski, entendeu que par-



Ministro Ricardo Lewandowski foi o relator da consulta ao TSE

tidos que compõem uma coligação para o governo do Estado podem criar outras coligações para a disputa ao Senado.

Ele foi seguido pelos ministros Edson Fachin e Sérgio Banhos. “Inexiste disposição normativa que determine a igualdade das coligações formadas para disputa de cargos de governador e senador. Tenho dificuldade de fazer, por inferência, restrições de direitos político-eleitorais”, disse Fachin.

O voto vencedor, no entanto, foi apresentado pelo ministro

Mauro Campbell. Para ele, a possibilidade de haver múltiplas coligações pode criar distorções na política estadual.

“O governador e seu vice são autoridades máximas do Executivo; os senadores, os representantes dos interesses desses estados no Congresso Nacional. A opção do legislador de não permitir coligações diversas nesses pleitos está em consonância com o desejo de uma atuação política harmônica.”

Campbell foi seguido pelos ministros Benedito Gonçalves, Alexandre de Moraes e Carlos Horbach. “Há a possibilidade, na coligação para o governo, dos partidos não pretenderem realizar a única candidatura para o Senado. Mas cruzar as coligações me parece que não guarda, com todo o respeito, a coerência pretendida pelas sucessivas alterações (legislativas) para permitir que, programaticamente, os partidos se unam para que o eleitor tenha uma visão melhor do quadro partidário”, disse Moraes.

A eleição de 2022 renovará apenas um terço do Senado - cada estado elegerá um senador com mandato até 2031.

Justiça Eleitoral terá sistema de alerta de desinformação

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, anunciou nesta terça-feira o lançamento do Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições. Pela plataforma, qualquer pessoa poderá denunciar a publicação de notícias falsas sobre o sistema eleitoral.

O TSE vai analisar as denúncias

e enviar as apurações para as plataformas, como Facebook e WhatsApp, que poderão penalizar o usuário que compartilhar as fake news. “Por meio desse sistema, conseguiremos receber, analisar e encaminhar, com extrema eficácia e transparência, as denúncias registradas, na esteira de acordos firmados com as plataformas digi-

tais, dando tratamento célere para dar a devida responsabilização nos casos em que sejam constatadas violações dos termos de uso.”

Fachin anunciou o lançamento da plataforma durante a abertura da sessão plenária. O ministro citou todas as plataformas que têm mantido “profícuo diálogo” com a assessoria técnica do TSE.

Aprovada alteração no cálculo de tarifa nas lotações

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

João Gabriel Pezzini
politica@jornaldocomercio.com.br

A Câmara Municipal aprovou projeto do Executivo que altera o cálculo da tarifa do serviço de táxi lotação em Porto Alegre. O texto reduz a tarifa de 1,8, em relação a tarifa dos ônibus, para 1,4. Na proposta original, a redução seria para 1,2. Porém, foi acolhida emenda do ve-

reador Claudio Janta (SD) fixando a redução na relação de 1,4. A matéria ainda estabelece que o reajuste de lotações será efetuado no máximo uma vez por ano, de forma simultânea com o reajuste dos ônibus.

Também foi aprovado o projeto do vereador petista Leonel Radde que cria o Programa Farmácia Viva na Capital. O objetivo da matéria é que Porto Alegre se torne referência no uso especializado de plantas medicinais para o tratamento de doen-

ças. O texto prevê que a implantação do programa seja por etapas, com orientação técnica para cultivo, coleta, processamento, armazenamento e manipulação das plantas.

Foi aprovado ainda projeto do vereador José Freitas (Republicanos) que autoriza o comércio de livros e roupas na modalidade itinerante em veículo automotor. A matéria permite a venda em veículos estacionados em dias e horários definidos pelo Executivo.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Privatização da Petrobras

Não há argumento que convença o presidente Jair Bolsonaro (PL), pré-candidato à reeleição, que o governo, apesar de ser sócio majoritário, não pode interferir politicamente na Petrobras. De todas as formas, na busca de abrir espaço para tentar subir novamente a rampa do Palácio do Planalto, o presidente tenta interferir nos rumos da estatal, com subterfúgios para baixar os preços dos combustíveis. Essas tentativas de controlar a empresa de petróleo brasileira vão desde a troca de vários presidentes até a convocação da tropa de choque de apoio no Congresso Nacional, liderada pelo presidente Arthur Lira (PP), com a força do Centrão, abrindo espaço em todas as instâncias, e Bolsonaro utilizando os microfones e redes sociais, tentando convencer, com argumentos de que suas ações estão corretas, nem que para isso se modifiquem todas as regras legais, aprovadas pelo Congresso Nacional.

As regras são claras

O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, esclareceu aos deputados da base aliada do governo, na Câmara dos Deputados, que, “é fundamental deixar muito claro para todos que o governo federal não tem como interferir na política de preços da Petrobras”. O titular da pasta acrescentou ainda que “normativos legais, atualmente, impedem qualquer intervenção, de quem quer que seja”.



Focado na privatização

Conversei, na manhã desta quarta-feira, com o deputado federal gaúcho Marcel Van Hattem (Novo, foto), defensor da privatização, e que está proferindo uma série de palestras, nos Estados Unidos, e ele foi claro: “Tem que privatizar a Petrobras e quebrar o monopólio do refino”. Trabalhando na frente do livre mercado pela queda de direitos de preferência da Petrobras e aprovação da partilha, ele diz: “Se a gente conseguir isso, está ótimo”.

Avanço do liberalismo

“A gente tem que trabalhar, neste momento de crise, para fazer o liberalismo avançar”, afirmou o deputado Van Hattem. “Entendo que é um bom momento, porque está muito claro que a Petrobras está virando refém de governo num momento de crise como esse.” E segundo o parlamentar, “a Petrobras ainda é uma empresa extremamente ineficiente, perto da concorrência internacional”.

Fenômeno brasileiro

Van Hattem acrescenta: “A gente não pode esquecer que esse é um fenômeno bem brasileiro, é uma empresa estatal. Estou nos Estados Unidos, e aqui também os preços dos combustíveis dispararam; é no mundo todo, é uma crise de demanda pela pandemia e por causa da guerra na Ucrânia”.

Caminho da privatização

Afora o momento eleitoral, o deputado Van Hattem espera que após as eleições a Petrobras siga o caminho da privatização. “A gente vai trabalhar muito para isso. O melhor seria que a privatização fosse logo. O problema é que os efeitos de uma privatização não são sentidos no curto prazo. A privatização da Vale, por exemplo, que hoje é uma das empresas mais valiosas, mas os efeitos da privatização dela não foram sentidos de imediato”, argumentou. “Uma privatização promovida agora, pode ser vítima de um corporativismo e populismo”, avaliou o deputado Marcel Van Hattem.